



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

A LEI Nº 10.639/2003 E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFRN (2018)

Yara Galdino Dutra¹

Resumo: Este trabalho investiga de que modo a o Projeto Político Pedagógico da UFRN (PPC/2018) tem preparado profissionais de História para atuarem com as diretrizes da Lei nº 10.639/2003, a partir da análise do PPC/2018 da Licenciatura em História. Utilizamos da análise de conteúdo e do método histórico para examinar a inclusão tardia da disciplina História da África no currículo e suas implicações na formação docente. A partir de uma perspectiva de egressa, discute-se avanços, silenciamentos e desafios formativos frente às Diretrizes Curriculares Nacionais e à superação do racismo epistêmico no Ensino de História.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003; Relações étnico-raciais; Currículo; Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Este trabalho inicia-se pela seguinte indagação: de que maneira a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/Natal têm preparado os profissionais do Ensino de História para trabalharem, em sala de aula, com as diretrizes da Lei 10.639/2003?

Para responder esta questão, utiliza-se como fonte primária o Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em História - PPC (2018-em vigor) e se pretende compreender como ocorreu o processo de adesão da universidade às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs), elaboradas em 2011, como produto da Lei nº 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas redes de ensino públicas e privadas da educação básica no Brasil.

Esta escrita faz parte de um olhar egresso sobre a referida instituição, posto que a autora integrou como concluinte a turma de Licenciatura em História de 2025.1. Portanto, ao apresentar este questionamento introdutório, propõe-se uma reflexão sobre os avanços, silenciamentos e desafios formativos que o curso carrega na atualidade.

De maneira sintética, a partir dos anos 2000, podemos visualizar concretamente os produtos políticos da trajetória de lutas no combate ao racismo estrutural e epistêmico no Brasil, por meio dos avanços legislativos que acompanham a Lei nº 10.639/2003. A escolha que leva a análise do PPC de 2018 reside em ele ser o primeiro a incluir a disciplina de História da África como obrigatória, uma vez que, nos projetos pedagógicos anteriores, não

¹ Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Campus Natal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0928929226205518>. E-mail: galdino.yara@outlook.com



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

havia destaque para as questões políticas que permeavam os debates no âmbito das questões étnico-raciais.

Apesar de representar um avanço em termos curriculares, a criação da disciplina também simboliza um processo de aglomeração das temáticas ligadas às diretrizes e a Lei referidas inicialmente neste texto. Portanto, aponta-se neste trabalho um conjunto possível de consequências dessa escolha em relação ao processo de formação docente.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma síntese temática derivada do plano de trabalho *Fundamentos Historiográficos na Formação dos Profissionais de História na UFRN: O Ensino de História da África e Relações Étnico-Raciais*, que é fruto do Projeto de Pesquisa intitulado *História e Historiografia do Ensino de História: Espaços de Memórias e Construções de Narrativas*, desenvolvido entre 2024 e 2025, desenvolvido entre 2024 e 2025, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Dias de Oliveira, e que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A Questão Étnico-Racial no Currículo de História da UFRN: Avanços, Silêncios e Desafios Formativos (1984–2018)*, orientado pela mesma docente.

No presente artigo, utilizamos a análise de conteúdo para compreensão da fonte primária – Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFRN (2018) –, extraído do acervo digital a universidade, conforme o portal oficial da mesma. Além disto, este trabalho se fundamenta pelo uso do Método Histórico como fundamento para pensar o Ensino de História como um campo específico do saber, onde se desenvolve o fazer docente na prática de sala de aula, conforme discute Itamar Freitas em *Fundamentos* (2010). Ademais, partimos dos estudos de Juliana Souza, no capítulo *O Desafio de Formar Professores de História Habilitados a Formar Cidadãos e Educar para as Relações Étnico-Raciais* (2022), para compor a discussão de implementação da Lei nº 10.639/2003 e sua repercussão na formação docente a partir da necessidade de superação do racismo epistêmico, bem como da importância da presença da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da escola básica e das universidades.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na UFRN/Natal, espaço de análise deste relatório, verificamos que a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de História, que totalizam apenas três versões do Projeto — datadas de 1984, 2004 e 2018 — indicam a ausência de um processo contínuo de revisão do currículo, comprometendo a articulação do curso com as transformações políticas, sociais e legais que impactam diretamente na formação docente na modalidade presencial. Os três documentos, embora fundamentais para a consolidação do espaço que essa graduação promove, levaram de 14 a 19 anos para sofrerem alterações, o que denota, historicamente, um processo longo e burocrático no que tange às reformas curriculares por parte do departamento de história na instituição. A forma como se indaga acerca da inserção das políticas nacionais nos currículos contribui para como as discussões serão feitas, impactando diretamente na mentalidade que se formará nos professores ao longo de suas graduações.

O impacto da divisão de conteúdos específicos por disciplinas é que, na maioria das vezes em que a presença negra é trazida à tona, ela aparece vinculada aos estudos sobre escravidão, não estabelecendo uma conexão direta com a história do continente africano ou com as formas culturais, linguísticas e sociais oriundas dos povos africanos, nem mesmo afro-brasileiros e pardos no Brasil. A partir das disciplinas obrigatórias, não há menção às relações sincréticas, de resistência ou coexistência que apresentem esses sujeitos de forma humanizada. Encarregar uma disciplina ou mais de difundir essa discussão é perpetuar a estrutura quadripartida do currículo, modificando-o sem um esforço transdisciplinar que efetivamente atenda à legislação que o compele.

Nesse sentido, a principal consequência observada por este trabalho é que, até a implantação do PPC/2018, era possível se graduar sem ter contato com essa temática de forma decolonial, uma vez que as disciplinas que o fazem são optativas. Não havendo, portanto, garantias de que o aluno terá acesso a novos modos de pensar a história a partir de sujeitos que não sejam, majoritariamente, homens brancos de uma elite política ou agrária.

No atual PPC, em vigor há 7 anos e sem previsão de reformulação, a permanência da equipe de professores responsável pela produção de seu antecessor pressupõe que havia entre os membros da comissão um conhecimento pormenorizado desses documentos. Nesse



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

contexto, quando refeito, o projeto ampliou suas discussões para as questões étnicas em relação ao seu antecessor. Além disso, atualmente, a disciplina de História da África tornou-se obrigatória, podendo outras, de caráter optativo, serem implantadas com perfil complementar em relação aos blocos disciplinares instituídos previamente por período letivo.

Ainda sobre o documento atual, cada matéria é composta por um conjunto de objetivos e justificativas que fundamentam a sua permanência no currículo. Se compararmos os objetivos da disciplina de História da África com os de outras áreas, quase não se percebe entre eles elementos comuns ou de caráter transversal, mesmo que sua elaboração esteja 8 anos à frente das DCNs. Nesse sentido, consideramos que não houve, por parte do departamento de história, a pretensão de aliar-se a esses documentos para formar os graduandos.

Apesar da direta ligação entre a docência e a educação básica, a universidade permanece alheia à como os estudantes poderiam materializar os saberes teóricos e metodológicos da historiografia em soluções de aprendizagem para o campo do ensino de história. Habilidade essa que, apesar de importar às especificidades desse profissional, não constam como parte das metas para o perfil do egresso previstas pelos últimos dois projetos pedagógicos. Além disso, embora a disciplina de História da África tenha se tornado obrigatória, a definição elaborada pelo PPC/2018 para caracterizá-la ainda apresenta problemas:

A disciplina História da África discutirá o que [a?] justifica, do ponto de vista teórico, metodológico e da legislação brasileira. Nessa disciplina, almeja-se que o licenciando em História tenha condições de compreender as razões culturais, políticas e sociais que justificam a presença de investigações sobre os modos de viver dos povos africanos na África e no Brasil, bem como os seus processos de escravização e resistência em diferentes tempos e espaços. A meta é que o aluno de História se fundamente teórica e metodologicamente para trabalhar com estudos sobre povos de matrizes africanas. Essa lógica ultrapassa a ideia de que História da África está limitada a uma temporalidade específica. Portanto, a disciplina não privilegiará nenhum recorte temporal, mas sim as pesquisas e os métodos que evidenciam a História da África e da escravidão (PPC-UFRN, 2018, p. 56-57).

A partir da leitura desse trecho, levantamos mais um questionamento: toda disciplina precisa justificar a si mesma como objeto de estudo? Se considerarmos que sim, entendemos



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

que a relevância de uma disciplina não reside em sua mera existência institucional, mas nas reflexões e nas conexões que ela possibilita entre passado e presente. Mais do que isso, o surgimento de uma disciplina já pressupõe uma intencionalidade formativa. Diante disso, por que apenas a disciplina de História da África se vê obrigada a justificar sua presença no currículo? Estariam as demais disciplinas amparadas por uma tradição tão consolidada que tornaria desnecessário explicitar sua importância como campo de estudo? Pensamos que não. O saber científico é constantemente colocado à prova, sendo ressignificado e atualizado à medida que novas demandas surgem (Freitas, 2010).

Nesse contexto, retomamos outro ponto problemático do projeto pedagógico: a manutenção do modelo quadripartite, que separa rigidamente disciplinas de cunho teórico-metodológico e historiográfico. Isso implica abordagens diferenciadas entre os componentes. No caso específico da História da África, a dimensão historiográfica é secundarizada. O currículo se mostra mais interessado em discutir como e por que ensinar esse conteúdo, em vez de investir na construção de um debate historiográfico consistente. Por outro lado, nas disciplinas de História do Brasil, observa-se um movimento inverso: o foco não está em justificar ou problematizar o que e por que se estuda esse conteúdo. O debate historiográfico, no âmbito da Lei 10.639/2003, quando presente, raramente contempla as diretrizes para as relações étnico-raciais, reforçando uma abordagem tradicional e canônica da história, fortemente marcada por perspectivas eurocêntricas e estadunidenses. Com isso, elas retomam o estudo do cânone e da história tradicional. Para Souza (2022), essas questões são recorrentes em diferentes espaços no campo da educação e necessitam de revisão.

Além de estarem separados por abordagem, cada disciplina tem as suas próprias preocupações historiográficas, funcionando de forma independente. Nesse sentido, até que o aluno da graduação se matricule na disciplina de história da África, a sua compreensão sobre o tema é limitada. Mais importante ainda, discutir o ensino e a lei podem não ser tópicos privilegiados pelo docente responsável pela disciplina no momento de elaboração do programa de curso, uma vez que, apesar desse documento se fundamentar no PPC, o programa é um recorte dele, para ser trabalhado ao longo de um período do curso, conforme as condições de manutenção da disciplina, podendo sofrer alterações ao longo das aulas.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

Neste sentido, ainda que haja boa vontade do profissional em discutir sobre as relações étnico-raciais, ela não encontra abertura no ambiente acadêmico da universidade.

Embora extinto o sistema de cátedras no Brasil, naturalizou-se na UFRN um formato de distribuição dos componentes curriculares com base na forma de ingresso do profissional docente na instituição. Essa questão está posta no próprio PPC/2018, ao elencar para as disciplinas aqueles que estão predispostos a ministrá-la. Com isso, há uma tendência de que eles se especializem nessa área ao longo dos anos. A hipótese desse trabalho é de que esse mecanismo acomoda os professores a um tipo de estudo que restringe o diálogo transversal com outras temporalidades da história, consequentemente, reduzindo o diálogo com as questões étnico-raciais, por compreenderem que essa discussão pertenceria ao campo da História da África. Quanto a isto, segundo as DCNs (2004), não caberia a uma única disciplina trazer à tona essas discussões, mas ao conjunto de disciplinas, em uma perspectiva transdisciplinar e contrária ao discurso eurocêntrico, combatendo o silenciamentos e o racismo epistêmico (Souza, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a análise curricular da UFRN revela a persistência de uma lógica conservadora, que contradiz diretrizes nacionais voltadas à inserção das questões étnico-raciais na educação. Ainda que não represente a posição institucional da universidade como um todo, esse padrão revela a mentalidade de parte da comunidade docente responsável pelos projetos pedagógicos do curso ao longo das últimas três décadas. Projetos que, em sua função formadora, contribuem para a reprodução dessas mentalidades no ensino superior.

Dessa forma, recai sobre o corpo docente do Departamento de História uma responsabilidade ética e profissional: romper com esses silenciamentos e revisar criticamente os currículos, evitando reforçar práticas conservadoras, mesmo quando disfarçadas por um discurso de inclusão que pouco altera as estruturas. Para que essas mudanças sejam possíveis, elas precisam antes de tudo ser apontadas como problemas, em trabalhos de divulgação científica dentro e fora da instituição, para estimular um movimento de renovação curricular desta e de outras instituições onde se identifique questões da mesma ordem.



V Seminário Internacional de História e Educação

Formação Docente, Currículo e
Desigualdades em Perspectiva Histórica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: 2004, 37p.

FREITAS, Itamar. *Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SOUZA, Juliana Teixeira. O desafio de formar professores de História habilitados a formar cidadãos e educar para as relações étnico-raciais. In: SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus (org.). **Oficinas de História: desafios do ensino em tempos de pandemia**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. p. 217-234. E-book (PDF). ISBN 978-85-8413-256-0.

UFRN. **Projeto Político Pedagógico – PPC de História/UFRN (2018)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?id=111635057&idTipo=1>. Acesso em: 12 jun. 2025.